

Corta-me o coração, porque o ser humano não nasceu para isso; o ser humano nasceu para brilhar, para amar, para praticar o bem, ser feliz, mas não pode porque não tem a mínima condição de uma sobrevivência digna. Muitos vivem à margem da sociedade e trazem dentro de si revoltas dolorosas, mas também trazem valores que muitos ditos cidadãos de bem não têm.

Por isso, Sr. Presidente, este Deputado, que ainda consegue sonhar com dias melhores, implora ao Governo Federal mais condições de sobrevivência àqueles que do Estado necessitam. Ninguém é infeliz porque quer, ninguém sofre porque gosta, e a pátria tem com os seus filhos a obrigação de dar-lhes o mínimo de dignidade.

**O SR. ÁTILA LINS** (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Deputado ÁTILA LINS elogia a postura democrática do Presidente FERNANDO HENRIQUE CARDOSO ao determinar a abertura de negociações das lideranças do Governo com a bancada do Amazonas a respeito do projeto de lei que tramita nesta Casa prorrogando os incentivos fiscais para a área de informática.

A bancada foi recebida pelo Presidente da República, juntamente com o Governador em exercício, Dr. Samuel Hanan, na última terça-feira, onde o Estado do Amazonas apresentou uma série de propostas que visem aprimorar o projeto do pólo de informática da Região Norte, assegurando-lhe as vantagens comparativas que permitam sua sobrevivência.

Atualmente, somente 5% do setor está em Manaus, o restante está instalado nos diversos centros do País. As negociações já iniciaram, e aguardamos com vivo interesse que se encontrem caminhos para atender aos interesses do País, de modo especial a regiões que ao longo dos anos não têm recebido o respaldo necessário para integrarem-se definitivamente ao contexto nacional.

A prorrogação por mais quatorze anos das isenções fiscais é inaceitável, na medida em que é superior ao incentivo inicial. Queremos as vantagens comparativas do setor de informática. Disto não podemos abrir mão. É evidente que a renúncia fiscal não pode ser concedida de forma igual para o País, já que existem as diferenças de localização e outras desvantagens por parte das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, daí entendermos ser importante a diferenciação das vantagens previstas, a fim de não inviabilizar o incipiente pólo de informática da Região Norte.

Acredito nos entendimentos que já começaram a se desenvolver no Palácio do Planalto, sob o co-

mando do Secretário-Geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira, atendendo recomendação do Presidente Fernando Henrique, a fim de que aqui no Congresso possamos deliberar com convergências de todas as bancadas aliadas do Governo.

O Governador Amazonino Mendes deverá comandar as articulações no Congresso Nacional, juntamente com o Vice-Governador, Samuel Hanan, e com os partidos de sustentação do Governo, principalmente o PFL, se o projeto vier para a Câmara sem atender às reivindicações do Estado.

**O SR. JOAQUIM FRANCISCO** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, para os que, como é o nosso caso, têm sua atenção permanentemente sintonizada com as questões demográficas, tanto no plano mundial quanto sobretudo no nacional, recentes informações a respeito, liberadas pela ONU, ensejam novos motivos de reflexão.

O dado mais específico dessas informações se refere ao atingimento, previsto para o curtíssimo prazo, da marca de 1 milhão de habitantes pela Índia.

Antes, porém, de nos determos na questão indiana, vejamos o quadro que se delinea neste final de milênio concernente aos países mais populosos do globo, sempre de acordo com os estudos das Nações Unidas.

Assim é que, das doze maiores concentrações demográficas do planeta, apenas duas — Estados Unidos e Japão — se incluem entre as componentes do chamado Primeiro Mundo. Mais ainda: estas duas potências socioeconômicas ocupam apenas, em tal esquema classificatório, o terceiro e o oitavo lugares, respectivamente.

Por outro lado, dessa dúzia de espaços nacionais, nada menos de uma dezena se localiza nos continentes asiático e africano, as exceções sendo os mencionados Estados Unidos e o Brasil.

O que, de pronto, nos sugere esse conspecto demográfico? Nada menos que o planeta continua a experimentar, sem embargo de uma relativa conscientização mundial a respeito da matéria, a tendência histórica de crescimento populacional concentrado, de forma nitidamente crescente, naquelas regiões menos desenvolvidas ou em processo de desenvolvimento.

Basta ver que apenas os dois maiores gigantes habitacionais — a China e a Índia — respondem, na atualidade, por mais de um terço de toda a população mundial, participação esta que se tornará ainda mais expressiva em meados do próximo século. Com efeito, as projeções da ONU indicam que, à altura do ano

2050, a China e a Índia contarão, juntas, com mais de 3 bilhões de habitantes, e terá ocorrido, no período, uma inversão de posições: os indianos superarão os chineses em cerca de 50 milhões nacionais.

De outra parte, o vizinho com o qual a Índia vem mantendo persistente relacionamento conflituoso, o Paquistão, presentemente situado em sexto lugar naquele **ranking**, ter-se-á aproximado, em 2050, do patamar dos 350 milhões de habitantes, população esta que equivalerá à dos Estados Unidos, deixando para trás a Indonésia e o Brasil.

Considerando as exacerbadas divergências políticas, ideológicas, culturais e militares nessa conflituosa região asiática, tem-se motivo suficiente de preocupação, até por se tratar de países detentores de arsenais nucleares.

Desta forma, parece-nos oportuno ressaltar, mais uma vez, a desafiadora importância de que se reveste tal conjuntura, cujas dimensões e repercussões, longe de puramente regionais, dizem respeito a todos os países membros da Organização das Nações Unidas, à qual compete intensificar não somente a sua missão pacificadora mas também indutora de uma mais equilibrada distribuição populacional no planeta.

Focalizando estas reflexões no espaço ocupado pelo Brasil, é de certa forma promissora a constatação de que estamos colhendo frutos de uma política mais consciente e humanamente responsável de planejamento da natalidade. A perda de posição numérica do País, que nos fará recuar, na metade do século vindouro, dois degraus no quadro demográfico planetário (o outro sendo para a Nigéria), constitui, no caso, um avanço e não um recuo.

O mais importante é que os quase 250 milhões de brasileiros do final do próximo meio século usufruam de condições bem mais favoráveis do que os atuais 160 milhões. Este o nosso maior desafio.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. ZAIRE REZENDE** (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para lamentar a equivocada decisão do plenário desta Casa de adiar, mais uma vez, na noite de ontem, o debate sobre o grave e complexo quadro de endividamento da agricultura brasileira. A derrota imposta pela maioria governista ao recurso à decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, além de aprofundar a insegurança e a desesperança entre os produtores, principalmente pequenos e médios, neste momento que antecede o plantio da próxima safra, também adiou as soluções para que os nossos produtos agríco-

las se tornem mais competitivos no mercado internacional.

Nestes últimos dias, assistimos à exposição da realidade existente nas propriedades rurais em nosso País. Todas as declarações mostram que a maioria dos agricultores depende de empréstimos bancários. Sem eles, o que predomina é a incerteza quanto ao plantio da próxima safra. Na minha região, o Triângulo Mineiro, boa parte dos produtores ainda não definiu as áreas a serem plantadas. Além das dívidas acumuladas nas safras anteriores, eles estão receosos quanto à obtenção e ao momento da liberação dos financiamentos diante da manutenção das altas taxas de juros e da variação do dólar, já que é esta moeda, e não o Real, que determina os preços dos insumos agrícolas.

O custo da lavoura no Triângulo Mineiro aumentou em 30% desde a desvalorização do Real, ocorrida em janeiro deste ano. Apesar da grande produção de algumas culturas — como soja, milho e café, destinadas à exportação e à industrialização —, a maior parte das lavouras é formada por arrendatários e pequenos agricultores, que plantam para o mercado interno, quando não para o sustento familiar.

Na votação de ontem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, perdemos a oportunidade de apresentar ao Brasil uma proposta de política agrícola capaz de recuperar o setor, promover a retomada do crescimento econômico e fortalecer o mercado interno.

A decisão tomada por este Plenário representa o adiamento de uma discussão que na verdade precisa continuar na ordem do dia desta Casa. O volume das dívidas acumuladas pelos agricultores junto ao crédito rural são indicadores evidentes da crise socioeconômica vivenciada pelo setor produtivo.

O agravamento do quadro que testemunhamos hoje na agricultura é resultado de políticas equivocadas implantadas pelos governos das últimas décadas. Aos poucos, o modelo de acesso ao crédito rural foi sofrendo mudanças que, ao longo do tempo, foram ampliando a diferença existente entre a evolução dos custos de produção e dos financiamentos e as receitas geradas pela atividade. Daí o crescente comprometimento patrimonial e de renda da agricultura.

Pela primeira vez na história do País constatou-se a extinção de estabelecimentos agrícolas no Brasil. Os dados oficiais disponibilizados pelo próprio IBGE não deixam dúvidas quanto à dramática realidade da agricultura brasileira. O censo agropecuário de 1996 registrou o desaparecimento de 942 mil estabelecimentos entre 1985 e 1996. Hoje, este número já chega a quase um milhão, e cerca de 95% destas